

Congresso recebe proposta quarta

Os limites do Congresso para alterar o futuro Orçamento Geral da União para 1989 somente serão definidos na próxima semana, com a votação em segundo turno do capítulo da Ordem Econômica, e será sob essa orientação que a Comissão Mista de Orçamento e Fiscalização vai examinar a proposta que receberá do Executivo até a próxima quarta-feira. O orçamento será dividido em 36 "anexos", para os quais serão nomeados sub-reletores, também a serem definidos na próxima semana, informou, ontem, o presidente da comissão mista, deputado Cid Carvalho (PMDB-MA).

O deputado, indicado para o cargo por imposição do Palácio do Planalto, convocou a imprensa a seu gabinete na manhã de ontem, sob o pretexto de conceder uma entrevista sobre o orçamento, mas acabou por reconhecer que quase nada podia falar enquanto não houvesse uma decisão da Constituinte sobre o assunto. Instado a dar sua opinião pessoal, também preferiu não fazê-lo, alegando que suas posições poderiam ser confundidas com a do presidente da co-

missão, no caso ele próprio, criando-lhe embaraços, já que sequer houve reunião dos 60 membros.

Restrições

O Congresso Nacional tem prazo até dia 30 de novembro para discutir o orçamento do próximo ano e até 15 de dezembro para aprová-lo. Sofrerá, no entanto, uma série de restrições, já que se orientará pelas determinações da futura Constituição, que Cid Carvalho espera aprovada até o final deste mês, na qual deverá estar prevista a obrigatoriedade de que o orçamento siga o plano plurianual de metas do Governo e a lei de diretrizes orçamentárias, que não existirão para análise do atual orçamento.

Na forma atual, apesar de o Congresso retomar a possibilidade de análise real do orçamento e, mesmo, de promover algumas alterações em seu conteúdo, o projeto de Constituição impede a modificação de valores com remanejamentos para setores diferentes. Por exemplo, pode-se alterar parte do orçamento para o setor rodoviário,

mas sem jogar parte dos recursos anteriormente destinados a esta área para o setor ferroviário. O ex-presidente da comissão de orçamento, deputado João Alves, está tentando aprovar emenda à Constituição, dando ao Congresso maior flexibilidade para remanejamento de verbas, embora mantenha a proibição de criar gastos sem que haja a previsão de fonte de recursos para fazer face aos novos dispêndios criados.

Cid Carvalho insistiu em que o Congresso poderá, a partir da nova Constituição, realmente influir no orçamento, o que não era possível desde 1963. Ressaltou, no entanto, que haverá pouca margem para isso, devido à campanha eleitoral nos municípios e as restrições de limitar o trabalho a apenas um ano, sem vinculação com um plano de Governo de médio prazo. O presidente da comissão ainda manifestou sua simpatia pela manutenção de alguma centralização de recursos pela União, principalmente para bancar o desenvolvimento regional. "A operação "desmonte" não pode significar o desmonte do país", concluiu Cid Carvalho.